

A LITURGIA, MOMENTO DA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

O Secretariado Nacional de Liturgia, depois de considerar a oportunidade de vários temas a abordar neste XI Encontro de Pastoral Litúrgica, decidiu-se finalmente pelo tema «Liturgia e Pastoral da Fé».

Tal decisão foi sugerida pela *Carta Pastoral* da Conferência Episcopal Portuguesa *sobre a renovação da Igreja em Portugal na fidelidade às orientações do Concílio e às exigências do nosso tempo*. Este XI Encontro Nacional pretende, pois, ser um primeiro contributo, simples mas empenhado, para esta renovação, fazendo-se eco da mensagem dos nossos bispos.

Na primeira conferência deste Encontro, reflectimos sobre a «Igreja — sacramento de salvação» e sobre as grandes áreas da sua acção: profética, sacerdotal e real, ou seja, sobre o ministério da palavra de Deus, da liturgia e da caridade.

Tendo em conta que a renovação da Igreja deve ser feita na fidelidade ao Concílio, eminentemente pastoral, e propondo-se este Encontro de Pastoral Litúrgica abordar o tema «Liturgia e Pastoral da Fé», seria lógico passar de imediato à consideração de alguns problemas da acção pastoral. Por exemplo: Quais os problemas que se põem à liturgia e à pastoral da fé? Qual a relação entre a liturgia e a pastoral da fé? Qual o contributo que a liturgia pode dar para uma verdadeira pastoral da fé?

A própria Constituição litúrgica (SC) tem uma finalidade claramente pastoral. Ela está concebida com vista ao aumento da estima e da prática litúrgica na Igreja, isto é, em função da participação plena do povo de Deus. Mas ao propor-se a reforma e o desenvolvimento da liturgia (SC 1), o Concílio entende dever recordar os princípios que

não-de determinar as normas práticas (cf. SC 3). É que toda a verdadeira pastoral deve assentar numa sólida teologia.

Por esta razão, o tema que nos propomos desenvolver diz mais respeito aos princípios orientadores, à teologia da liturgia, do que propriamente aos problemas ou às soluções concretas de ordem pastoral. Como diz o P. Vagaggini⁽¹⁾, «é a teologia da liturgia que ilumina toda a reforma e é chamada a ser para sempre como um farol que guiará a vida da Igreja, mesmo quando a reforma tiver já terminado e a participação activa e plena do povo se tiver alcançado em toda a parte».

O centro de interesse da Constituição litúrgica é levar o povo cristão a viver profundamente a liturgia, e a ideia da plena participação é o conceito catalizador. Mas se a finalidade é prática, é a teologia que a caracteriza e justifica. Assim, para detectar o espírito da Constituição litúrgica, há que penetrar na teologia sobre a qual se funda e que vem expressa nos primeiros números (em especial nn. 5 a 8) da própria Constituição.

Eis a razão do título que me proponho desenvolver, apoiado em vários autores. De entre estes cito particularmente o P. Marsili⁽²⁾ por me parecer um dos que mais directamente e com mais propriedade abordou o tema «liturgia e história da salvação».

(1) C. VAGAGGINI, *Ideas fundamentales de la Constitucion*, in *La sagrada Liturgia renovada por el Concilio*, obra dirigida por G. BARAUNA, ed. Studium, Madrid 1965, p. 153.

(2) S. MARSILI, *La liturgia, momento storico della salvezza*, in *Anàmneseis I*, Marieti, Roma 1979; *I Sacramenti segni del mistero de Cristo* (ad uso manuscrito), Roma 1980. Outras obras: J. DANIELOU, *Historia de la salvación y liturgia*, Salamanca 1965; A. G. MARTIMORT, *L'Église en Prière I*; C. VAGAGGINI, *El sentido teológico de la liturgia*, 1965; J. CORBON, *Liturgia de Fonte*, ed. Paulinas, 1981; A. BUGNINI, *La reforma liturgica*, Roma 1983; H. SCHMIDT, *La Constitución sobre la Sagrada Liturgia*, Herder, Barcelona 1967; R. LATOURELLE, *Théologie de la Révélation*, Bruges-Paris 1966; O. CULLMANN, *Christ et le temps*, Neuchâtel 1966; *La fé y el culto en la Iglesia primitiva*, Madrid 1971; O. CASEL, *le mystère du culte dans le christianisme*, Cerf, Paris 1983; C. de Estrasburgo, *Palabra de Dios y liturgia*, Sígueme, Salamanca 1966.

I — A HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

A Constituição litúrgica, depois de uma introdução sobre as intenções do Concílio, o mistério da Igreja e o alcance da reforma litúrgica (nn. 1-4), passa a explicar os princípios gerais (cap. I) que hão-de guiar a acção com vista a fomentar nos fiéis a vida litúrgica. Começa por falar da Revelação como história da salvação segundo um discurso já amplamente usado na «teologia bíblica»⁽¹⁾ e que, adoptado no plano litúrgico, começava a aparecer como a chave de compreensão de toda a liturgia⁽²⁾.

Centrada na história da salvação, a liturgia adquiria assim aquele valor existencial e perene como momento em que «se dá execução à obra da nossa redenção» e se exprime e manifesta «o mistério de Cristo e a autêntica natureza da Igreja» (SC 2). Tornando-se um momento da história da salvação, a liturgia retoma o lugar de verdadeira «tradição», ou seja, transmissão do mistério de Cristo através de um rito. Este é ao mesmo tempo revelação e actuação do mistério, de maneira sempre nova e sempre adequada à sucessão dos tempos e à variedade dos lugares⁽³⁾.

A actividade reveladora e salvadora de Deus na história dos homens, começa logo na aurora da humanidade e constitui uma longa sequência de intervenções de que Cristo é o termo e o ponto culminante. Depois de se ter manifestado aos nossos primeiros pais e de os ter confirmado com a promessa da salvação, Deus falou a Abraão e aos patriarcas, depois a Moisés e aos profetas e, por eles, ao povo que escolheu e formou. Na plenitude dos tempos, Deus dirigiu-se à humanidade pelo seu próprio Filho, sua Palavra eterna feita carne. Em Cristo a revelação atinge o seu termo e a sua perfeição.

A Revelação aparece assim como um suceder-se de acontecimentos que, «em diversos modos e tempos» manifestam o actuar-se do mistério da salvação: «Deus, que quer que todos os homens se salvem

(1) Cf. O. CULLMANN, *Christ et le temps*, Neuchâtel, 1947, p. 18 s.

(2) Cf. S. MARSILI, *La liturgia, momento storico della salvezza*, in *Anàmnesis I*, Marieti, Roma 1979, p. 89.

(3) *Ibi*, p. 88.

e cheguem ao conhecimento da verdade (1 Tim 2, 4), tendo falado outrora muitas vezes e de muitos modos aos nossos pais pelos profetas (Heb 1, 1), quando chegou a plenitude do tempo enviou o seu Filho, Verbo feito carne, ungido pelo Espírito Santo... Em Cristo se realizou a nossa reconciliação com Deus e nos foi dada a plenitude do culto divino» (SC 5).

A «diversidade de modos», em que se actua a salvação prevista e querida por Deus para todos os homens, dá-nos a conhecer os diferentes planos em que se realiza a salvação: plano da religião natural e plano da religião revelada na sua dupla fase: hebraica e cristã. Deus manifesta-se pela obra da criação, dirigindo-se ao seu povo⁽¹⁾. O mesmo Deus que criou o mundo manifesta-se também na história humana, por uma revelação histórica e pessoal. Esta efectua-se, antes de mais, pela união íntima de gestos e palavras. As obras manifestam e confirmam as palavras e o mistério por elas significado; as palavras proclamam e esclarecem o mistério contido nas obras⁽²⁾.

A «diversidade de tempos» em que a salvação se vem realizando, põe-nos diante da dimensão histórica do mistério de Cristo. Esta revelação é histórica porque se produz na forma de intervenções de Deus na história dos homens; intervenções ligadas entre si e perseguindo um único desígnio de salvação. É histórica também no sentido em que conhece um progresso ao longo dos tempos. Começando nas origens do mundo, desenvolve-se em qualidade e quantidade ao longo de todo o Antigo Testamento para atingir a sua plenitude e cumprimento em Cristo. O mistério da salvação aparece-nos assim como «acontecimento», embora só na plenitude dos tempos ele adquira aquela dimensão de verdadeiro «acontecimento real». Este, de facto, será precedido de «acontecimentos». Mas a própria dimensão histórica destes acontecimentos será antes a de «anúncio profético» (revelação do AT), e não ainda a de «acontecimento real» (revelação do NT)⁽³⁾.

(1) Cf. S. MARSILI, *op. cit.*, p. 89.

(2) Cf. R. LATOURELLE, *Théologie de la Révélation*, p. 349.

(3) Cf. MARSILI, *op. cit.*, p. 89.

1. O primeiro momento: o momento profético

Os momentos sucessivos deste actuar-se (revelar-se) da história da salvação são apresentados nos nn. 5 a 6 da Constituição litúrgica.

O *primeiro momento* é o momento «profético», isto é, o tempo da promessa, em que gradualmente se vem revelando o eterno amor do Pai que «quer salvar todos os homens» (1 Tim 2, 4), que vê e elege como filhos no Filho (cf. Ef 1, 4; 2 Tim 1, 9). É a revelação do «mistério escondido desde os séculos em Deus» (Col 1, 26), do mistério por excelência, em que S. Paulo contempla todo o desígnio da salvação realizado por Deus na história dos homens⁽¹⁾.

O Antigo Testamento aparece assim como a «figura profética» do mistério de Cristo e, conseqüentemente, serão «mistério em figura» tanto as palavras de Deus que anunciam como os acontecimentos divinos que trazem uma (parcial) salvação. E como estas palavras e acontecimentos se tornaram perenemente presentes nos ritos «memoriais» do Antigo Testamento, o mistério de Cristo vem já revelado não só nas palavras de Deus e nos acontecimentos da história, mas também nos ritos do Antigo Testamento e, entre estes, primariamente na Páscoa — centro cultural do Antigo Testamento⁽²⁾.

2. O segundo momento: a plenitude dos tempos

O *segundo momento* é o da «plenitude dos tempos», isto é, aquele em que cessa o tempo da preparação e da promessa e «a Palavra se faz carne» trazendo consigo o «Evangelho» (feliz anúncio do acontecimento presente) e a «salvação»⁽³⁾.

O texto da Carta aos Hebreus (1, 1-2), citado pela Constituição (n. 5), apresenta Cristo como a plenitude da revelação e da redenção. Nesta perspectiva histórica, põe em evidência não só a relação entre as duas fases da história da salvação como a superioridade da nova

⁽¹⁾ Cf. S. MARSILI, *op. cit.*, p. 90.

⁽²⁾ Cf. S. MARSILI, *I Sacramenti, segni del mistero di Cristo*, Roma 1980, p. 36.

⁽³⁾ Cf. S. MARSILI, *La liturgia, momento...*, *op. cit.*, p. 90.

aliança sobre a antiga. É a pessoa do Filho que, em definitivo, constituiu a excelência da nova aliança. Porque Cristo é o Filho, n'Ele a história da salvação atinge o seu ponto culminante⁽¹⁾.

Cristo é, ao mesmo tempo, o Mediador e a plenitude da revelação, «o caminho, a verdade e a vida», o único acesso ao Pai (cf. Jo 14, 6). Ele é em pessoa a verdade e a salvação que anuncia. A salvação entra no tempo, para nele se actuar pela presença de Deus na humanidade de Cristo. E todos «os que acolhem a Cristo (a salvação realizada) tornam-se filhos de Deus» (Jo 1, 12). Do tempo da «profecia-anúncio» passa-se ao tempo da «realidade», ao tempo de Cristo: realização humana da «Palavra» divina⁽²⁾.

Cristo completa a revelação e realiza a obra da salvação com a presença e manifestação da sua pessoa, com palavras e sinais e, sobretudo, com a sua morte e ressurreição: «A humanidade de Cristo foi, na unidade da pessoa do Verbo, o instrumento da nossa salvação. Em Cristo se realizou a nossa reconciliação com Deus... e nos foi dada a plenitude do culto divino. Esta obra da redenção dos homens e da glorificação perfeita de Deus, que as suas grandes obras prefiguraram no povo da antiga Aliança, realizou-a Cristo Senhor, principalmente pelo mistério pascal da sua bem-aventurada paixão, ressurreição dos mortos e gloriosa ascensão, em que morrendo destruiu a nossa morte e ressuscitando restaurou a nossa vida» (SC 5).

Introduzindo a ideia de «mistério pascal», e especificando-o com o determinativo «da paixão, da ressurreição e da ascensão», o Concílio praticamente dá a estes momentos da obra redentora de Cristo, o «comum denominador» de mistério pascal, sublinhando assim a sua unidade: não se trata de vários acontecimentos, mas de «momentos» do mesmo mistério⁽³⁾.

Com a vinda de Cristo e, sobretudo, na sua morte-ressurreição, a linha da história da salvação encontra o seu ponto culminante, passa da sombra à luz plena, luz que desde agora se projecta para diante no tempo, que se chama precisamente «tempo do Novo Testamento», ou

(1) Cf. R. LATOURELLE, *op. cit.*, p. 352.

(2) Cf. MARSILI, *La liturgia, momento...*, *op. cit.*, p. 90.

(3) *Ibi*, p. 97.

«Tempo da Igreja». A Páscoa de Jesus, em que Ele é constituído Cristo e Senhor, é o acontecimento decisivo, o cumprimento de tudo o que tinha precedido e a fonte e explicação de tudo o que seguirá.

Com Cristo atingiu-se a «plenitude e o cumprimento do tempo». Cumprimento mas não paragem do mistério, em Cristo. Sendo Ele a plenitude do desígnio divino, há-de encher agora de Si e do Seu Espírito todos os tempos futuros, sempre na sua dimensão de «mistério-sacramento», pois «do lado de Cristo adormecido na Cruz nasceu o sacramento admirável de toda a Igreja» (SC 5).

3. O terceiro momento: o tempo da Igreja

O *terceiro momento* é, ao mesmo tempo, o resultado e a continuação do segundo. Quer dizer: o segundo momento da história da salvação, que é o tempo de Cristo, dá origem e continua depois para sempre no terceiro momento da história da salvação, no *tempo da Igreja*.

A Constituição litúrgica (n. 5), repetindo um pensamento comum a muitos Padres e já presente no Evangelho de S. João (19, 30-34), lembra que «foi do lado de Cristo adormecido na Cruz que nasceu o sacramento da Igreja». Isto significa que a salvação realizada na humanidade de Cristo se torna, de pleno direito, uma realidade para todos os homens, através dos sacramentos (água-sangue-espírito) que os constituem em verdadeira Igreja, Corpo de Cristo e sacramento de salvação⁽¹⁾.

O tempo de Cristo dá origem ao tempo da Igreja no sentido em que a salvação, de que Cristo é portador em Si mesmo, já se operou radicalmente em todos os homens. Todos os homens foram salvos não só *por Ele*, mas *n'Ele*. Segundo uma comum expressão dos Padres, «Ele cumpriu *em Si* os mistérios da nossa salvação». É também neste sentido que S. Paulo dizia que nós morremos por meio do corpo de Cristo (Rom 7,4), e com Ele ressuscitámos e nos sentámos nos céus (Ef 2,6).

(1) Cf. S. MARSILI, *La liturgia, momento...*, op. cit., p. 90.

É esta transformação ontológica que caracteriza propriamente o tempo eclesial ou, melhor, que o constitui. O tempo cósmico continua o seu curso, mas o tempo da história da salvação recebe uma orientação nova. O tempo da Igreja é o tempo da recapitulação da criação inteira no Cristo total⁽¹⁾.

«Para cumprir o plano salvador, Cristo entregou-se à morte e enviou o Espírito Santo como primeiro Dom, para continuar no mundo a sua obra e consumir toda a santificação»⁽²⁾. Este primeiro Dom do Espírito suscita a nova criação e faz do tempo da Igreja uma novidade radical.

O Espírito, que tinha repousado sobre os profetas a título passageiro e por antecipação, é agora dado em estreita relação com a morte e glorificação de Cristo (cf. Jo 7, 39). Ele faz a Igreja dando uma alma única ao corpo dos resgatados, daqueles «que lavaram as suas túnicas e as branquearam no sangue do Cordeiro» (Ap 7, 14), realizando com Ele a passagem da morte à vida, das trevas ao Reino da luz. O Espírito é o dote da Igreja, e as arras do Reino. É por isso que, no coração de toda a liturgia cristã, se encontra a «epiclese», imploração instantânea para que o Espírito desça sobre a assembleia e manifeste nela os mistérios do Reino⁽³⁾.

A tensão dialética do «já e ainda não», que não será superada senão na parusia, quando Cristo entregar o Reino a seu Pai e Deus for tudo em todos (cf. 1 Cor 15, 24.28), constitui o mistério do tempo da Igreja. O Senhor está, ao mesmo tempo, presente e ausente: tão intimamente presente que age nos sacramentos que prolongam a intervenção da sua humanidade; e entretanto ausente, sentado à direita do Pai de onde há-de vir para julgar os vivos e os mortos. O tempo da Igreja é *tempo escatológico* porque não há mais nenhuma novidade radical a esperar: a obra da criação está acabada e a revelação selada. É *tempo histórico*, entretanto, porque nele se recapitula progressivamente a obra da criação, se recorda a revelação e se actua

(1) Cf. I. H. DALMAIS, *Théologie de la célébration liturgique*, in A. G. MARTI-MORT, *L'Église en Prière I*, p. 269.

(2) IV Oração eucarística.

(3) Cf. I. H. DALMAIS, *op. cit.*, p. 269.

a salvação. Tempo novo, tempo da plenitude ou do cumprimento, o tempo da Igreja exprime a realização de uma fase nova, a última, do plano divino da salvação⁽¹⁾.

II — A LITURGIA, ÚLTIMO MOMENTO DA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

Vimos no capítulo anterior que o terceiro momento da história da salvação, o *tempo da Igreja*, é, ao mesmo tempo, o resultado e a continuação do segundo momento: do *tempo de Cristo*. Mas o tempo da Igreja não é só continuação do tempo de Cristo por uma razão de simples sucessão temporal, só porque vem «depois de Cristo»⁽²⁾.

Não devemos imaginar o evento da Páscoa como pertencendo ao passado. Surgiu, sem dúvida, uma vez na nossa história, mas surgiu uma vez por todas. Se a ressurreição de Jesus se situasse simplesmente no passado, Ele não teria vencido a nossa morte. A hora, para a qual tendia o desejo de Jesus «veio e nela estamos» sempre: «Cristo, uma vez ressuscitado, não morre mais» (Rom 6, 9). Graças à sua ressurreição e glorificação, Cristo continua sendo hoje o sujeito vivente, actual, contemporâneo e presente no culto dos seus discípulos, isto é, na liturgia da Igreja⁽³⁾.

Para continuar no mundo a sua obra de salvação, diz a Constituição litúrgica, «Cristo está sempre presente na sua Igreja, especialmente nas acções litúrgicas... Em tão grande obra, pela qual Deus é perfeitamente glorificado e os homens são santificados, Cristo associa sempre a si a Igreja, sua esposa muito amada, a qual invoca o seu Senhor e por meio dele presta culto ao Pai. Com razão se considera a liturgia como exercício da função sacerdotal de Cristo» (SC 7).

A liturgia, diz o P. Corbon, «vem a ser esse poder inédito do rio da vida na humanidade de Cristo ressuscitado. Nela, todas as promessas do Pai encontram seu ponto de realização (Act 13, 32). Daí por

(1) *Ibi*, p. 270.

(2) Cf. S. MARSILI, *La liturgia, momento...*, *op. cit.*, p. 91.

(3) Cf. J. CORBON, *Liturgia de Fonte*, ed. Paulinas, 1981, p. 40.

diante, a comunhão da Trindade não cessa de se propagar em nosso mundo e de inundar o nosso tempo com a sua plenitude. Doravante a *economia da salvação tornou-se liturgia*»⁽¹⁾.

Nesta linha se move a Constituição litúrgica, ao dizer: «Como Cristo tinha sido enviado pelo Pai, assim também Ele enviou os Apóstolos, cheios do Espírito Santo, não só a *pregar* o Evangelho a toda a criatura, *anunciando* que o Filho de Deus, pela sua morte e ressurreição, nos libertara do poder de Satanás e da morte e nos introduzira no Reino do Pai, mas também a *celebrar* o Sacrifício e os Sacramentos, à volta dos quais gira toda a vida litúrgica, *realizando* a obra de salvação que anunciavam» (SC 6).

Temos aqui expressa não só a íntima relação que passa entre a Revelação e a liturgia, mas vemos também que a liturgia aparece claramente como momento da revelação-história da salvação, enquanto actuação do mistério de Cristo. A missão de Cristo não faz parar a «missão eterna» do amor do Pai, antes a retoma e a continua. Mas o anúncio depois de Cristo é agora *evangelho* (feliz anúncio de acontecimento presente); deverá doravante proclamar que a «Palavra» se cumpriu «fazendo-se carne e habitando entre nós» (Jo 1, 14).

Esta «habitação da palavra no meio dos homens» realiza-se em dois planos: como acontecimento de salvação no homem Jesus, e como «presença sacramental» dessa realidade na Igreja. É precisamente neste plano sacramental que a «Palavra feita carne» poderá tornar-se realidade salvífica para todos os homens, sempre e todas as vezes que estes, conduzidos a Cristo pelo *anúncio* do acontecimento de salvação, se inserem nela, actuando em si mesmos o *acontecimento* (liturgia)⁽²⁾.

A liturgia é, portanto, o *momento-síntese* da história da salvação, uma vez que engloba «anúncio» e «acontecimento» (AT e NT. Mas ao mesmo tempo é o *momento último* dessa história, porque sendo a «continuação da realidade», que é Cristo, o seu papel é o de ultimar, gradualmente, em cada homem e na humanidade, a imagem plena de Cristo.

(1) J. CORBON, *op. cit.*, p. 41.

(2) Cf. S. MARSILI, *La liturgia, momento...*, *op. cit.*, p. 91.

Neste sentido e por esta posição de «síntese» e de «cumprimento último», a liturgia é o que finalmente constitui o *tempo da Igreja*. Esta, de facto, vem-se edificando no mundo à medida que os homens se inserem vitalmente no mistério de Cristo, o que se consegue com o *anúncio*, como elemento predisponente, e com a *actuação* do mistério através da acção sacramental da liturgia ⁽¹⁾.

Como resumo e conclusão do que dissemos até aqui, gostaríamos de vos ler uma página do livro «Liturgia de Fonte» do P. Corbon:

«Após vislumbrar a que profundidade da fonte jorra o mistério da liturgia, podemos acolher toda a sua plenitude. A liturgia torna-se nossa quando a celebramos. Abeberamo-nos, então, na fonte e podemos saciar aquele que nos pede de beber: no encontro dessas duas sedes, o Espírito Santo é o rio da vida que salva o homem e o faz produzir fruto para glória do Pai.

O Mistério, envolto em silêncio nos séculos eternos, encravado na criação, caminhou com os homens e confiou-se pacientemente aos nossos pais na fé, ao longo do tempo das promessas. O seu advento na plenitude do tempo manifestou-se na *kenose* do Verbo incarnado, até que o seu evento pudesse irromper na hora de Jesus, em sua cruz e ressurreição. Brota então a liturgia. Em sua ascensão, Cristo a celebra junto do Pai, eterna e vivificante, e a difunde sobre o mundo pela efusão do seu Espírito: faz advir a Igreja e inaugura os últimos tempos. É ela o rio da vida, derramando-se do trono de Deus e do Cordeiro, sinergia do Espírito e da Esposa: na Igreja, a liturgia concebe, molda e gera o corpo do Cristo total. Na plenitude dos tempos, éramos *todos* em Cristo; na consumação do tempo, Ele será *tudo* em nós: a liturgia dos últimos tempos é essa gestação do «tudo» em «todos», é a transfiguração do corpo de Cristo... da vida inteira do homem, do tempo e do espaço, nos sacramentos» ⁽²⁾.

⁽¹⁾ *Ibi*, p. 92.

⁽²⁾ J. CORBON, *op. cit.*, p. 87.

CONCLUSÃO

Como poderá a liturgia contribuir para uma autêntica pastoral da fé? Por outras palavras: Como poderemos nós voltar a descobrir hoje o sentido concreto e unitário da história da salvação e de toda a vida da Igreja, em Cristo morto e ressuscitado?

Penso que o conseguiremos se descobirmos o espírito da liturgia, de acordo com os princípios e as orientações do Concílio. Paulo VI, ao promulgar a Constituição litúrgica, dizia: «A liturgia é a primeira fonte do divino intercâmbio em que se nos comunica a vida divina, a primeira escola do nosso espírito, o primeiro presente que havemos de dar ao povo cristão, o primeiro convite à humanidade inteira a soltar a língua em oração e a sentir a inefável força da alma, cantando conosco por Jesus Cristo e no Espírito Santo, os louvores de Deus e a esperança dos homens». Dizia ainda Paulo VI: «A Igreja é antes de mais uma comunidade de fé, uma comunidade orante. Ao simplificar algumas formas litúrgicas não temos a menor intenção de diminuir a importância da oração, preferindo outras solitudes do sagrado ministério e da actividade pastoral, mas antes torná-las mais compreensíveis para os fiéis e mais consonantes com a linguagem do nosso tempo. Desejamos uma liturgia que volte a ser mais pura, que responda melhor às suas notas essenciais, às suas fontes de verdade e de graça, uma liturgia que possa mais facilmente converter-se em tesouro espiritual do povo»⁽¹⁾.

Assim, não surpreende que a Constituição sobre a sagrada liturgia situe a vida litúrgica na maravilhosa história do contacto de Deus com os homens, em Cristo. O que em todo o tempo a Igreja pensa e faz tem a sua origem em Cristo, o Verbo que se fez carne: tudo recebe a sua força vivificante de Cristo que morreu e ressuscitou, e tudo está orientado para Cristo e para o seu triunfo definitivo quando aparecer na sua glória. As palavras da Carta aos Hebreus (13, 8), «Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e por toda a eternidade», são a chave da vida cristã e, muito em particular, da liturgia.

⁽¹⁾ PAULO VI, Alocução no encerramento do segundo período de sessões do Concílio em que foi aprovada a Constituição (4-XII-1963).

Para se compreender a Constituição litúrgica é necessário, pois, estar familiarizado com a teologia do mistério de Cristo em relação com a história da salvação. Como vimos, de acordo com os números 5 a 8 da Constituição, a história da salvação compreende três momentos:

- a) No Antigo Testamento Deus pre-anunciou e preparou em figura a obra da nossa salvação.
- b) Cristo, o Verbo feito homem, consumou esta obra na sua pessoa, na sua vida e sobretudo mediante o mistério pascal da sua bem-aventurada paixão, ressurreição e gloriosa ascensão.
- c) Desde a ascensão até à sua segunda vinda, Cristo está presente à sua Igreja e, como penhor da glória futura, oferece aos homens, por meio dos sacramentos e demais acções litúrgicas, a participação no mistério da sua morte e ressurreição.

«Jesus Cristo, ontem, hoje e para sempre» é o centro e a fonte da liturgia. Por isso se pode dizer que a liturgia é a celebração do mistério pascal de Cristo (cf. SC 6). Como a experiência da presença de Cristo à sua Igreja se faz sobretudo nas celebrações litúrgicas (n. 7) e como a obra de salvação se realiza mediante o Sacrifício e os sacramentos (n. 6), a liturgia constitui a grande celebração do mistério da fé e da salvação, o seu último momento e o seu momento síntese. De facto a liturgia celebrada no presente, orienta o nosso olhar tanto para o passado como para o futuro⁽¹⁾.

O passado. A liturgia proclama incessantemente nas suas leituras, cânticos, orações e gestos o grande plano divino da redenção. E recorda-nos que Cristo realizou esta obra principalmente pelo seu mistério pascal. Por este mistério, com a sua morte destruiu a nossa morte e com a sua ressurreição restaurou a nossa vida (n. 5). E os apóstolos continuaram a divina missão de Cristo anunciando a boa nova e actuando-a na celebração do Sacrifício e dos sacramentos (n. 6). Não existe liturgia nem Igreja sem o acontecimento de salvação

(1) Cf. H. SCHMIDT, *op. cit.*, pp. 209-218.

pelo qual Deus entrou na história dos homens, sem fazer referência ao seu fundamento, sem fazer memória de Cristo.

O presente. Mas a Igreja, na sua liturgia, não se limita a recordar o passado. Jesus Cristo não é, com efeito, mera figura do passado. Ressuscitou de entre os mortos, está sentado à direita do Pai na glória e permanece connosco todos os dias nesse admirável mistério-sacramento que é a Igreja (n. 5). Com uma realidade que não pode ser mais real e com uma força de vida que não se esgota, Cristo está sempre presente à sua Igreja, sobretudo nas acções litúrgicas (n. 7). De que serviria falar de um Jesus do passado, de que serviria fazer memória de um Salvador de outrora se Ele não salvasse mais ninguém hoje e se a sua mensagem transmitida não mudasse nada nas nossas vidas actuais? Por isso, talvez nunca tenha sido tão urgente anunciar o Evangelho e celebrá-lo e vivê-lo de uma forma compreensível aos nossos contemporâneos. A Igreja-sacramento e a sua liturgia situam-se no coração da actualidade.

O futuro. A Igreja não se contenta com olhar para o passado nem com viver no presente. Ela eleva constantemente os olhos para o céu, onde Deus habita e onde Cristo subiu e aguarda os seus irmãos que esperam a glorificação definitiva. Na liturgia ressoa constantemente a esperança do nosso futuro: «pela liturgia da terra participamos, saboreando-a já, na liturgia celeste celebrada na cidade santa de Jerusalém, para a qual nos encaminhamos como peregrinos» (SC 8). Não há sacramento sem que o futuro seja anunciado, diz a teologia clássica. O mundo novo deve ser proclamado e prefigurado. A libertação definitiva ainda só está a despontar, mas a vida nova acontecerá em breve. Pela celebração litúrgica a Igreja apresenta-se também com rosto de profecia.

A liturgia aparece assim como realização central da vida da Igreja, englobando passado, presente e futuro desde a Páscoa de Cristo à sua vinda gloriosa, realidade a que se ordenam todas as outras acções da Igreja (n. 10).

Mas não basta definir a «natureza da sagrada Liturgia e a sua importância na vida da Igreja». As acções litúrgicas deverão ser cada vez mais «celebrações»: exaltação de Deus pela salvação realizada em

Cristo e actualizada pela Igreja no Espírito Santo. A atenção já não está voltada para o mínimo indispensável para a validade, nem só para a forma externa considerada em si mesma, mas para a assembleia reunida para escutar e responder à palavra de Deus, participar no sacramento, fazer memória do Senhor e dar graças a Deus Pai que «nos regenerou para a esperança viva pela ressurreição de Jesus Cristo de entre os mortos» (1 Pe 1, 3).

Fátima, 17 de Setembro de 1985

LUÍS RIBEIRO